

## **11 – ANÁLISE DA PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO DO TESOUREIRO NACIONAL**

### **11.1 – OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO**

Conceitua-se como Operações Oficiais de Crédito aquelas operações destinadas ao financiamento de ações que, por serem de interesse público, contam com a participação de recursos do Tesouro Nacional, tendo como característica peculiar o fato de se adotar encargos financeiros diferenciados daqueles praticados pelo mercado, envolvendo subvenção econômica direta ou indireta.

Os programas executados no exercício de 2003 foram contemplados pela Lei n.º 10.640, de 14.01.2003 (que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2003) com o montante de R\$ 6.802.136 mil, dos quais R\$ 4.151.351 mil destinados à concessão de empréstimos, R\$ 2.605.785 mil à equalização de preços e taxas e R\$ 45.000 mil à indenizações, tendo a seguinte composição por fonte de recursos:

**FONTE 100** - Recursos Ordinários - R\$ 1.540.862 mil

**FONTE 111** - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis - R\$ 550.000 mil

**FONTE 144** - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - R\$ 1.215.387 mil

**FONTE 159** – Recursos das Operações Oficiais de Crédito – Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos – R\$ 123.560 mil

**FONTE 160** - Recursos das Operações Oficiais de Crédito -R\$ 3.372.327 mil

Foi concedido crédito suplementar no montante de R\$ 408.251 mil, dos quais R\$ 112.063 mil destinados ao Custeio Agropecuário, R\$ 11.158 mil aos Empréstimos do Governo Federal - EGF, R\$ 110.589 mil ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, R\$ 60.000 mil à Equalização de Juros decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural –PESA e R\$ 114.441 mil ao programa Equalização de Investimento Rural e Agroindustrial.

Os cancelamentos totalizaram R\$ 213.896 mil, sendo R\$ 14.000 mil em Aquisições do Governo Federal e Estoques Estratégicos – AGF, R\$ 17.578 mil em Equalização de Investimento Rural e Agroindustrial, R\$ 142.318 mil no programa de Financiamento às Exportações – PROEX e R\$ 40.000 mil no Programa de Financiamento à Estocagem de Alcool Combustível.

Sendo assim, a dotação para 2003 resultou no montante de R\$ 6.996.491 mil (ver Quadro I - Orçamento 2003).

Entretanto, a execução da despesa no conjunto dessas operações alcançou o montante de R\$ 5.264.443 mil, incluídos neste valor R\$ 207.507 mil de Restos a Pagar/2002 (ver Quadro III - Execução da Despesa).

#### **11.1.1 - Financiamento e Equalização de Juros em Operações de Custeio Agropecuário**

A finalidade do programa é prestar apoio financeiro ao produtor rural de forma a assegurar os recursos necessários para atender as despesas de custeio agrícola e pecuário.

Esta ação, atualmente, atende exclusivamente despesas correntes com equalização de taxas, enquanto que, originalmente, concedia também aporte de recursos para financiamentos do custeio agropecuário. Equalização de taxas é uma subvenção econômica cuja finalidade é cobrir o diferencial entre o custo de captação de recursos das instituições financeiras, acrescido dos custos administrativos e tributários em que incorrem, e a taxa paga pelo tomador final do crédito.

A safra 2003/2004 contou com algumas inovações no tocante à distribuição e alocação das fontes de crédito rural. O Custeio passa a contar com grande volume de recursos das exigibilidades da Poupança Rural, mediante aplicação de fator de ponderação 2.0. Isto é, para cada real aplicado no crédito com recursos da Caderneta de Poupança Rural, são computados dois reais para compor os valores necessários para satisfação das exigibilidades da poupança.

Algumas das metodologias vigentes na safra 2002/2003 foram excluídas ou alteradas para a safra 2003/2004. As novas metodologias que contam com fonte poupança não mais prevêem a cobertura do diferencial de taxas nem o pagamento de valores por contrato/mês, restringindo-se a fixar um percentual remuneratório, a incidir sobre o saldo médio corrigido pela taxa do mutuário e pelo diferencial entre a TR e 5% ao ano, pro rata mês.

Ressalte-se que a figura do valor por contrato, que compunha parte da remuneração, foi extinta nas metodologias aplicadas às fontes destinadas a atender a agricultura empresarial. Conseqüentemente, houve redução do nível de remuneração pago pelo Tesouro Nacional.

Destaca-se, ainda, a criação do Proger Rural Familiar - novo programa que tem como público alvo agricultores familiares egressos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF ou ainda beneficiários dele. Os encargos do mutuário ficaram em 7,25% a.a., nas operações de financiamento do Proger Rural e Proger Rural Familiar, com recursos da Caderneta de Poupança Rural, e mantidos em 8,75% a.a. para as demais operações de custeio. Cabe dizer também que o Banco do Brasil, que recebia na safra passada um *spread* de 8,48% a.a. mais R\$ 11,03 por mês por contrato, agora teve o *spread* reduzido para 5,50% a.a. - para operações do Proger Rural e Proger Rural Familiar - e 4% a.a. nas demais operações, sendo que não há mais pagamento fixo por contrato.

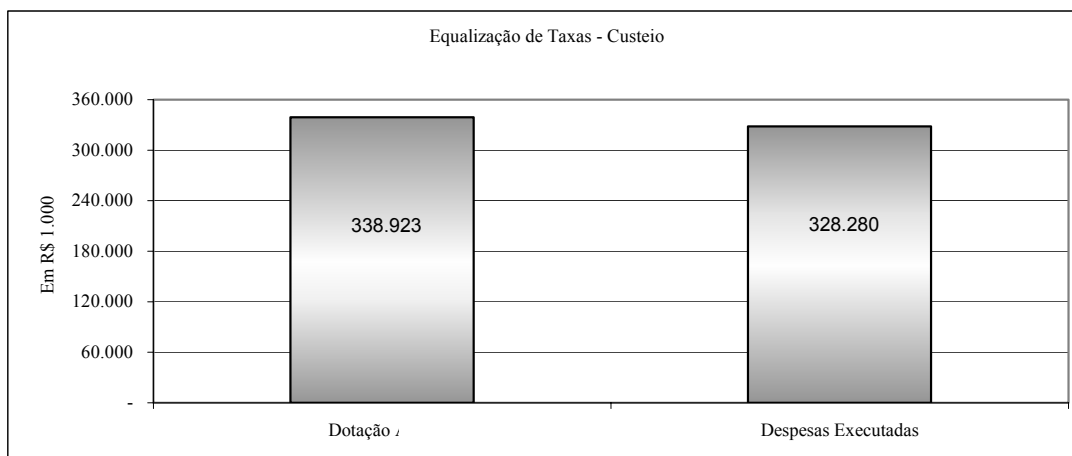
A dotação orçamentária inicial do programa foi de R\$ 226.860 mil, tendo havido suplementação de R\$ 112.063 mil, perfazendo assim um total de R\$ 338.923 mil. A tabela abaixo resume a execução do programa:

**Tabela 11.1**  
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DESPESAS EXECUTADAS**

R\$ mil			
DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	DOTAÇÃO TOTAL	DESPESAS EXECUTADAS
226.860	112.063	338.923	328.280

Fonte: MF/STN/COPEC

**Gráfico 11.1**  
**DESPESAS DO PROGRAMA CUSTEIO AGROPECUÁRIO**



Fonte: MF/STN/COPEC

Observa-se que, devido aos aumentos dos saldos médios apresentados pelos bancos em relação às estimativas enviadas quando da elaboração da proposta orçamentária, os gastos com equalizações foram superiores às projeções de despesa constantes do orçamento. Assim, toda a dotação inicial foi executada até agosto, conforme podemos observar na tabela abaixo:

**Tabela 11.2**  
**EXECUÇÃO MENSAL DO CUSTEIO – 2003**

											R\$ mil	
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
30.203	27.990	25.136	28.687	27.108	30.119	28.812	28.804	0	0	66.099	35.321	328.280

Fonte: MF/STN/COPEC

Para cobrir estas despesas extras foi necessária uma suplementação orçamentária no valor de R\$ 95.013 mil, que foi autorizada pela Lei nº 10.751, de 29.10.2003 e uma reclassificação de despesa no valor de R\$ 17.050 mil, do valor que seria utilizado para pagamento de equalização de taxas no âmbito do programa Equalização de Investimento Rural. Em relação ao ano anterior, os pagamentos com equalização cresceram R\$ 113.883 mil, em valores nominais.

**Tabela 11.3**  
**COMPARATIVO ENTRE A EXECUÇÃO DE 2003 E 2002**

			R\$ mil
Custeio	2003	2002	
Equalização de Taxas	328.280	214.396	

Fonte: MF/STN/COPEC

#### **11.1.2 - Financiamento e Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal – EGF**

A finalidade básica do programa é assegurar ao produtor rural ou a suas cooperativas os recursos necessários à colocação oportuna de seus produtos no mercado, por meio do suprimento de recursos para atender às despesas inerentes à fase posterior à colheita.

O Programa Empréstimos do Governo Federal - EGF possuía originalmente as rubricas de Concessão de Empréstimos e de Equalização de Taxas e de Preços, sendo que, atualmente, seus desembolsos têm se limitado à equalização de taxas. Na Safra 2003/2004, o EGF deixa de ser atendido pela fonte Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e passa a contar com recursos da Poupança. Os encargos do mutuário mantiveram-se em 8,75 % a.a., mas o Banco do Brasil que recebia, na safra passada, um *spread* de 8,48% a.a. mais R\$ 11,03 por contrato mensalmente, agora teve o *spread* reduzido para 4% a.a., sendo que não há mais pagamento fixo por contrato.

As despesas com equalização de taxas, em 2003, totalizaram R\$ 16.437 mil, tendo havido suplementação orçamentária de R\$ 11.157 mil para uma dotação inicial de R\$ 5.279 mil – perfazendo assim uma dotação total de R\$ 16.438 mil. A tabela abaixo resume a execução do programa:

**Tabela 11.4**  
**DESPESAS DO PROGRAMA EGF**

R\$ mil		
DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	DESPESAS EXECUTADAS
5.280	11.158	16.438

Fonte: MF/STN/COPEC

Assim como no programa Custeio Agropecuário, houve forte crescimento nas aplicações do Banco do Brasil no EGF - único operador do programa. Este crescimento da demanda já tinha sido previsto no orçamento deste ano, entretanto a evolução realizada foi maior que a prevista anteriormente. No EGF, toda a dotação orçamentária inicial foi utilizada até maio. A tabela abaixo discrimina mês a mês a execução do programa:

**Tabela 11.5**  
**EXECUÇÃO MENSAL**

R\$ mil												TOTAL
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
0	1.889	1.155	1.534	701	0	0	0	0	0	10.103	1.055	16.438

Fonte: MF/STN/COPEC

Para cobrir estas despesas extras, assim como no Custeio Agropecuário, foi necessária uma suplementação orçamentária no valor de R\$ 10.630 mil, que foi autorizada pela Lei nº 10.751, de 29.10.2003, e uma reclassificação de despesa no valor de R\$ 528 mil, do valor que seria utilizado para pagamento de equalização de taxas no âmbito do programa Equalização de Investimento Rural.

Pode ser observado, comparando-se os pagamentos de 2002 e 2003, que, em valores nominais, a execução orçamentária cresceu R\$ 2.988 mil. Este crescimento seria ainda maior se não tivesse ocorrido pagamento antecipado das despesas de janeiro de 2003, pagas com o orçamento de 2002.

**Tabela 11**  
**COMPARATIVO ENTRE A EXECUÇÃO DE 2003 E 2002**

R\$ mil		
EGF	2003	2002
Equalização de Taxas	16.437	13.448

Fonte: MF/STN/COPEC

### 11.1.3 - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Criado em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF expressa o caráter prioritário dado pelo governo ao apoio creditício à agricultura familiar. Com isso, a política pública direcionada ao setor incorpora, além do crédito rural propriamente dito, preocupações com a organização do homem e sua família.

O PRONAF destina-se ao apoio das atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Esta atividade possibilita financiar o custeio e o investimento rural, com encargos financeiros inferiores aos concedidos a beneficiários de outros programas vinculados ao crédito rural, mediante a utilização dos mecanismos de equalização de taxas de juros e de financiamento direto da União a

seus beneficiários, ambos com participação de agentes financeiros, além da concessão de rebates nas taxas e até mesmo no principal, para incentivar a adimplência dos mutuários. Dentro dessa ótica, o Tesouro Nacional participa do apoio governamental ao PRONAF por meio de duas modalidades básicas, com recursos do Orçamento Geral da União - OGU, quais sejam: financiamento mediante concessão de empréstimos e pagamento de equalização de taxas de juros.

### 11.1.3.1 – Concessão de Empréstimos

A Lei nº 10.186, de 12.02.2001, autorizou o Governo Federal a contratar financiamentos diretamente com agricultores familiares, por intermédio de instituição financeira federal como seu agente, sem a exigência de outras garantias que não a obrigação pessoal do devedor.

De forma a viabilizar a implementação dessa sistemática, a União inicialmente contratou os serviços do Banco do Brasil S.A. e do Banco do Nordeste S.A. para a operacionalização dos financiamentos junto aos agricultores familiares beneficiários do PRONAF. O instrumento contratual firmado entre as partes define as condições gerais do relacionamento entre o Tesouro Nacional e a instituição financeira, bem como as obrigações e direitos decorrentes da operacionalização dos financiamentos do PRONAF. Assim, periodicamente, o Tesouro Nacional repassa recursos aos seus agentes financeiros que, em nome da União, os emprestam aos mutuários.

Inicialmente os bancos apenas concediam financiamento de investimento aos Grupos A e B e financiamento de custeio ao Grupo A/C. Em ambos os casos, o risco integral das operações é do Tesouro Nacional. As taxas de juros ao mutuário, específicas para cada grupo, e a remuneração dos agentes financeiros podem ser observadas na tabela a seguir:

**Tabela 11.7**  
**TAXAS DE JUROS AOS MUTUÁRIOS E REMUNERAÇÃO DOS AGENTES FINANCEIROS**  
**NO ÂMBITO DO PRONAF**

Modalidade	Grupo	Taxa de juros (anual)	Remuneração (ao ano)	
			BB	BNB
Investimento	A	1,15%	2% + até 2%*	2,00%
Investimento	B	1,00%	-	6,00%
Investimento	Florestal	2,00%	2% + até 2%*	-
Custeio	A/C	2,00%	2% + até 2%*	2% + até 2%*
Custeio	C	4,00%	7,502%+R\$ 5,13 por contrato	-

(\*) Para esses grupos a remuneração é de 2% aa, acrescida de até 2% a título de prêmio de *performance*.

Fonte: MF/STN/COPEC

Para a Safra 2003/2004, segundo a distribuição de fontes estabelecida, ficou acertado que o Banco do Brasil operaria também com financiamentos de custeio no âmbito do Grupo “C” do PRONAF, mediante assunção de seus riscos, percebendo, para tanto, a mesma remuneração aplicada aos contratos realizados com recursos equalizáveis: 7,502% ao ano, sobre os saldos devedores diários atualizados das operações contratadas, acrescida de R\$ 5,13 por contrato por mês. Portanto, para que fosse possível a realização de financiamentos de custeio desse Grupo, firmou-se um novo contrato com aquela instituição.

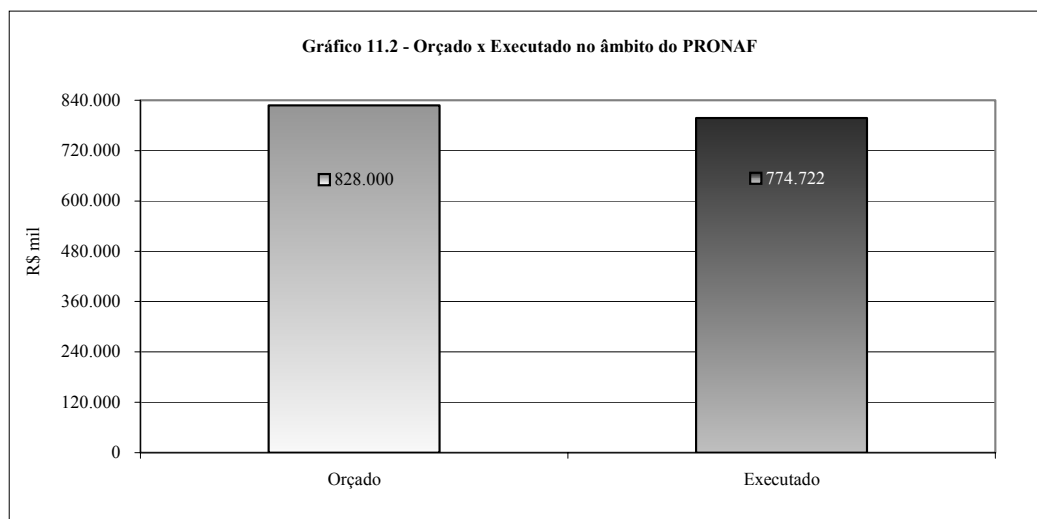
Na programação de liberação de recursos do Orçamento Geral da União – OGU, destinados ao crédito rural no âmbito do PRONAF, informada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, houve previsão de desembolsos para que o Banco da Amazônia - BASA realizasse operações de custeio com os Grupos A/C, C e D, e operações de investimento com a linha de crédito Florestal e o Grupo B. Com isso, fez-se necessário que fosse firmado um contrato entre a União e o BASA para a prestação de serviços no âmbito do PRONAF. Esse contrato foi assinado no dia 19 de dezembro de 2003. No entanto, o prazo para realizar empenhos da fonte 100 era até 15 de dezembro, o que tornou inviável a liberação de recursos para o banco ainda no exercício de 2003.

### Despesas

As liberações de recursos para a finalidade têm como base Ofícios da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos quais constam programações mensais de recursos do Orçamento Geral da União, destinados ao crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Além disso, são realizadas reuniões mensais com fins de elaborar as Notas de programação

orçamentária, as quais são definidas pela Comissão criada pela Portaria Interministerial nº 243, de 20.03.1992, e aprovadas pelo Secretário do Tesouro Nacional, observadas as metas fiscais estabelecidas.

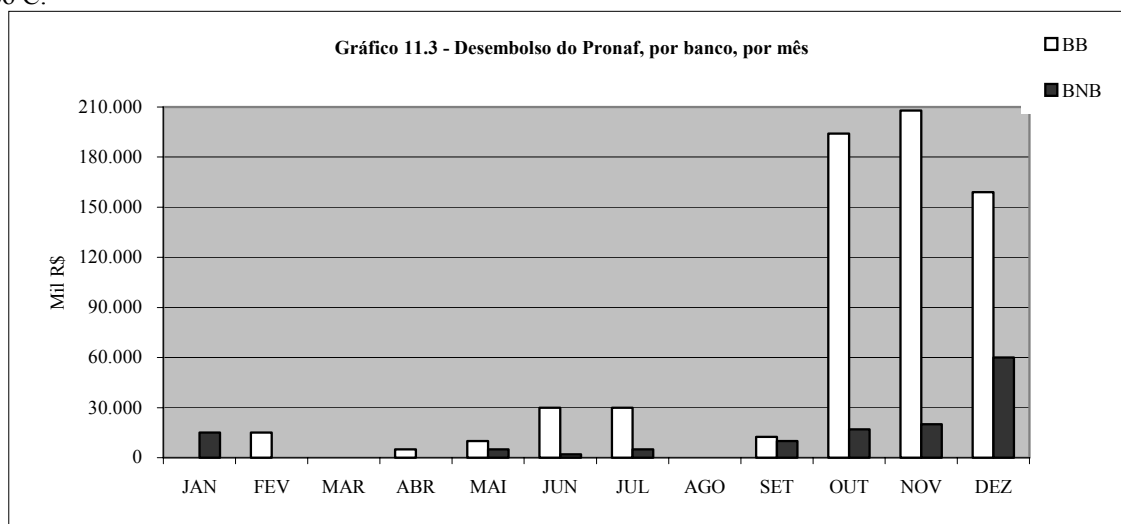
Em 2003, o programa contou com dotação orçamentária para financiamento de R\$ 828.000 mil, dos quais foram aplicados R\$ 774.722 mil, como pode ser visto no gráfico a seguir:



Fonte:MF/STN/COPEC

No que se refere aos Restos a Pagar/2002, foram gastos R\$ 55.000 mil.

Com relação à sazonalidade da aplicação dos recursos, por parte do Banco do Brasil – BB e do Banco do Nordeste - BNB, percebemos que os meses de outubro, novembro e dezembro apresentaram maior demanda, fato que pode ser observado no gráfico a seguir. No caso do Banco do Brasil, isso pode ser explicado, em parte, devido à assinatura do novo contrato, que possibilitou ao Banco operar com financiamentos de custeio do Grupo C:



Fonte:MF/STN/COPEC

As instituições financeiras, em razão da prestação de serviços, fazem jus à remuneração contratualmente definida, que é variável entre os bancos e Grupos do PRONAF. Essa comissão contratual é paga na rubrica de equalização do PRONAF e, portanto, não compromete o orçamento do PRONAF – concessão. O gasto total com remuneração foi de R\$ 32.505 mil, sendo R\$ 27.471 mil com o BB e R\$ 5.034 mil com o BNB.

Quando do reembolso pelos mutuários, aquelas instituições financeiras repassam os recursos para o Tesouro Nacional.

### 11.1.3.2 – Equalização de Taxas

A utilização da sistemática de equalização de taxas que propicia a alavancagem de recursos para o financiamento de operações de crédito com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, poupança e marginalmente recursos próprios, no caso dos Bancos Cooperativos, tem apresentado constante elevação de gastos, com uma pequena queda em 2003, desde a criação do PRONAF. A esse respeito, ver comparação demonstrada no gráfico abaixo relativamente à execução orçamentária do programa nos anos de 1997 a 2003:

Fonte: MF/STN/COPEC

Em 2003, a dotação orçamentária inicial para equalização de taxas foi de R\$ 492.500 mil, tendo havido suplementação orçamentária de R\$ 110.589 mil. As despesas com equalização totalizaram R\$ 549.281 mil, incluídos pagamentos do PRONAF/Financiamento referentes a rebates e comissão remuneratória dos bancos. Na tabela a seguir, temos o resumo da execução orçamentária em 2003 para equalização:

**Tabela 11.8 – Execução orçamentária do PRONAF (equalização)**

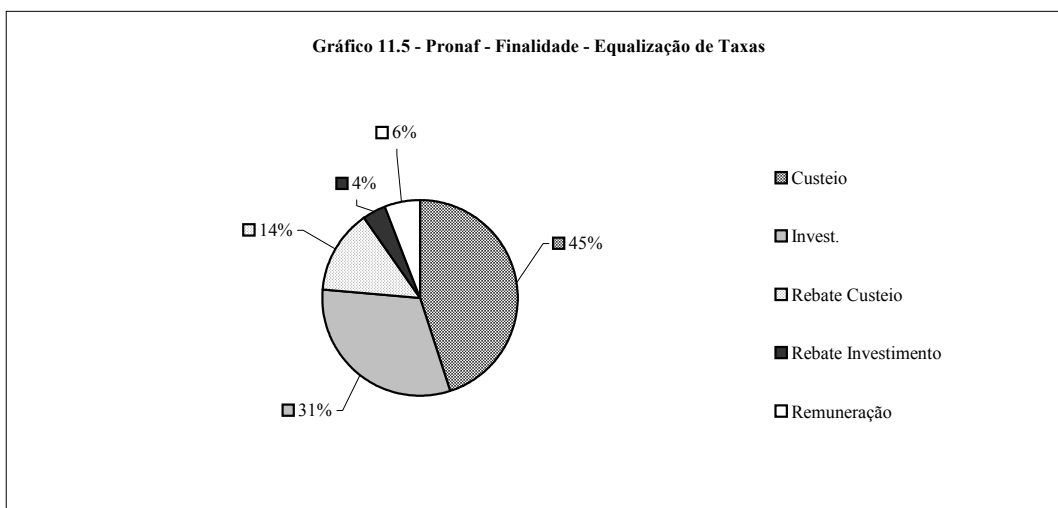
	Dotação Orçamentária Final *	Execução	Saldo
Equalização de Taxas	603.089	549.281	53.807

\* Dotação orçamentária inicial e suplementação orçamentária.

Fonte: MF/STN/COPEC

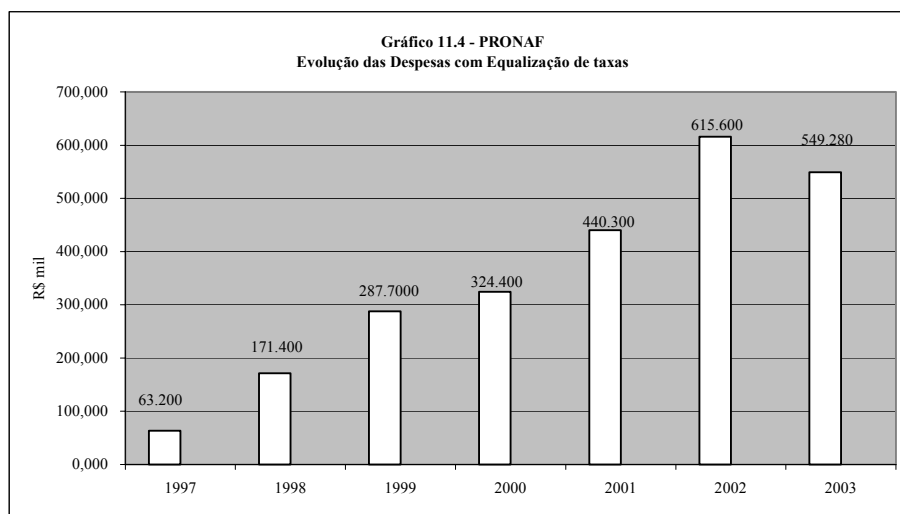
Verifica-se, portanto, que o PRONAF mantém seu dinamismo, refletindo os esforços do Governo Federal em ampliar o acesso de pequenos produtores da agricultura familiar ao crédito rural.

Relativamente à finalidade, o PRONAF – Custeio absorve a maior parte das despesas com equalização de taxas, conforme demonstra o gráfico a seguir.



Fonte:MF/STN/COPEC

### 11.1.4 - Equalização de Juros e de Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial



Trata-se de programa destinado ao pagamento de equalização de taxas de juros e outros encargos em operações de investimentos realizadas com recursos equalizáveis no âmbito da Agricultura Empresarial.

No âmbito da rubrica de Investimento estão os programas da agricultura empresarial operacionalizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e duas linhas do Banco do Brasil - BB (PROGER e PROGER Rural Familiar). As "Famílias de Programas" do BNDES foram criadas para aumentar a eficiência operacional e facilitar a efetiva aplicação dos recursos, resultando no agrupamento e conseqüente redução do número de programas. Com a participação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério da Fazenda, do BNDES, do Banco Central e da Federação das Associações de Bancos (FEBRABAN), os 18 programas da safra 2002/2003 foram agrupados em 8 nesta safra, conforme discriminado abaixo:

MODERAGRO – Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais;

PROLEITE – Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite;

MODERINFRA – Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem;

PROPFLORA – Programa de Plantio Comercial de Florestas;

PRODECOOP – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária;

PRODEFRUTA – Programa de Desenvolvimento da Fruticultura;

PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio;

PROGER RURAL – Programa de Geração de Emprego e Renda Rural.

O volume total de recursos teve um expressivo aumento de 41,3%, sendo ofertados R\$ 4 bilhões para estes programas. Outro ponto importante é que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA poderá, ao longo do ano-safra, redistribuir os recursos entre os diversos programas de investimento, o que certamente favorecerá sua efetiva aplicação.

Em 2003, a dotação orçamentária inicial foi de R\$ 191.343 mil, tendo havido suplementação de R\$ 114.441 mil e cancelamento de R\$ 17.578 mil – assim os recursos orçamentários disponíveis foram de R\$ 288.206 mil. Em relação ao ano anterior, houve grande aumento nos gastos, conforme pode ser observado na tabela abaixo, devido em parte à cobertura dos novos programas incorporados:



**Tabela 11.9 - Operações de Investimento Rural e Agroindustrial – Execução Orçamentária**

R\$ mil

Ano	2003	2002	2001
Equalização de Taxas	218.782	187.990	73.194

Fonte:

MF/STN/COPEC

Em relação à participação de cada programa, destaca-se o Moderfrota. Dos R\$ 218.782 mil executados no Investimento Geral, o programa respondeu por R\$ 142.181 mil. A tabela abaixo detalha os pagamentos por principais programas:

**Tabela 11.10 - Programas de Investimento**

R\$ mil

Moderfrota	142.181
Propasto	27.646
Prosolo	11.663
Proger	11.302
Proazem	6.453
Profruta	5.280
Outros	14.257

Fonte: MF/STN/COPEC

### 11.1.5 - Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários – GSPCPA

O programa Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários - GSPCPA foi criado com vistas a custear instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, tais como o Prêmio para o escoamento de Produto – PEP, o Prêmio para Escoamento da Borracha e o Prêmio de Recompra ou Repasse, este vinculado a Contratos de Opção de Venda.

As subvenções (equalização de preços) pagas na rubrica Garantia/Sustentação de Preços a título de PEP ou Prêmio de Recompra/Repasse são realizadas com base na autorização contida na Lei nº 8.427, 27.05.1992, alterada pela Lei nº 9.848, de 26.10.1999, e consoante o detalhamento definido nos editais e avisos publicados pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

O PEP é subvenção econômica concedida pelo Governo por meio de leilão público, realizado pela CONAB, que tem como objetivo promover a participação da iniciativa privada na comercialização e escoamento de produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que assegura o recebimento do Preço Mínimo aos produtores rurais e, desta forma, evita a formação de estoques governamentais, cujo carregamento é oneroso. Todos os produtos da PGPM podem participar do PEP. A escolha do produto e do momento de implementar os leilões depende das condições de comercialização de cada produto e da necessidade de garantir o preço mínimo.

O Prêmio de Recompra ou Repasse de contratos de Opção de Venda constitui-se em outra modalidade de subvenção econômica com o objetivo de pagar o diferencial entre os preços de exercício das opções de venda e os preços praticados no mercado, desonerando o Governo da obrigação de adquirir os produtos vinculados ao Mercado de Opções. A sua sistemática é semelhante à do PEP.

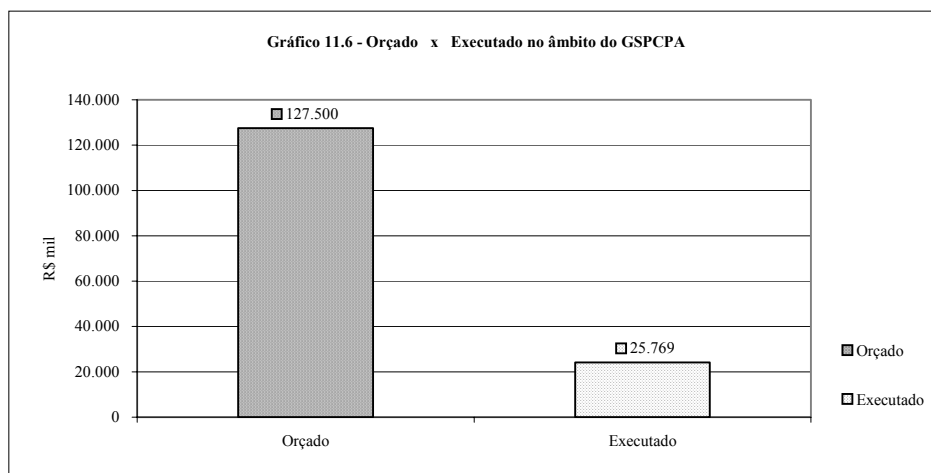
Em 2003, o programa contou com dotação orçamentária de R\$ 127.500 mil, dos quais foram aplicados R\$ 17.741 mil. Foram executados R\$ 8.028 mil, de Restos a Pagar/2002, dos quais R\$ 7.868 mil para PEP e R\$ 200 mil para comissão de bolsa.

**Tabela 11.11. Desembolsos na ação GSPCPA e inscrição de RAP – 2003**

R\$ mil

Rubrica	Orçamento 2003	Executado	Inscrição RAP-2003	Saldo
GSPCPA	127.500	17.741	3.400	106.359

Fonte: MF/STN/COPEC



Obs.: Inclui RAP 2002  
Fonte: MF/STN/COPEC

Neste ano, foram recomprados ou repassados contratos de opção equivalentes a 191.997 toneladas de milho, com o desembolso para o pagamento de seus prêmios no montante de R\$ 18.950 mil, evitando aquisições no valor de R\$ 57.442 mil.

#### 11.1.5.1 - Atuação do Governo Federal no Mercado de Opções

Dentro da estratégia de diminuir os custos da Política de Garantia de Preços Mínimos, o Governo Federal utilizou mais uma vez o lançamento de contratos de opção de venda de produtos agropecuários como forma de garantir ao produtor rural um nível de remuneração satisfatório e, ao mesmo tempo, minimizar a formação de estoques públicos.

O Contrato de Opção é uma modalidade de seguro de preços, que dá ao produtor o direito, mas não a obrigação de vender sua produção para o Governo (Opção de Venda) a um preço previamente estabelecido. O valor pago pelos produtores para obterem esse direito é denominado Prêmio, que é uma receita do Programa GSPCPA.

No ano de 2003, foram vendidos 107.666 Contratos de Opção de Venda de produtos agropecuários, referentes a milho, sorgo, café arábica, café robusta e trigo, conforme a tabela a seguir. Desse total, foram efetivamente exercidos 62.818 contratos, o que levou a um gasto de R\$ 608.831 no âmbito do Aquisições do Governo Federal - AGF, com aquisição decorrente do mercado de opções. Registra-se que, com a venda dos contratos de opção, foram arrecadados cerca de R\$ 28.128 mil a título de prêmio.

**Tabela 11.12**

**ESPECIFICAÇÃO DA QUANTIDADE DE CONTRATOS DE OPÇÃO VENDIDOS, SEPARADAMENTE POR PRODUTO, E DO VALOR DESEMBOLSADO PARA A AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS RELATIVOS AOS CONTRATOS EXERCIDOS.**

PRODUTO	CONTRATOS VENDIDOS	QUANTIDADE (TON.)	CONTRATOS EXERCIDOS	VALOR DA AQUISIÇÃO (R\$ 1,00)
Milho	64.781	1.749.087	51.253	403.256.304,61
Sorgo	3.465	93.555	1.756	9.276.350,66
Cafê Arábica	20.017	120.102	9.809	196.298.502,05
Cafê Robusta	228	1.368	0	0,00
Trigo	19.175	126.222	*	*
TOTAL	107.666	2.090.334	62.818	608.831.157

Fonte: MF/STN/COPEC

Foram realizados dois leilões de opção de trigo, em novembro e em dezembro, com prazo de exercício até 15.01.2004 e 15.02.2004, respectivamente. Portanto, esses leilões ainda não originaram gastos com aquisição.

No que se refere aos leilões de contratos de opção de café, no mês de julho, foram realizados seis leilões de opção de venda de café arábica e café robusta, com vencimento da opção para 15.09.2003 e 14.11.2003. De um total de 30.000 contratos lançados em bolsa (22.000 de café arábica e 8.000 de café robusta), foram adquiridos 20.245 contratos, sendo 20.017 de café arábica e 228 de café robusta.

A previsão inicial era de que fossem realizados leilões de Recompra/Repasse desses contratos de opção de café, o que comprometeu parte da dotação dessa ação. No entanto, posteriormente, optou-se por fazer a aquisição do café por meio do AGF. Dessa forma, os desembolsos, no âmbito do programa Garantia e Sustentação de Preços, ficaram abaixo do esperado.

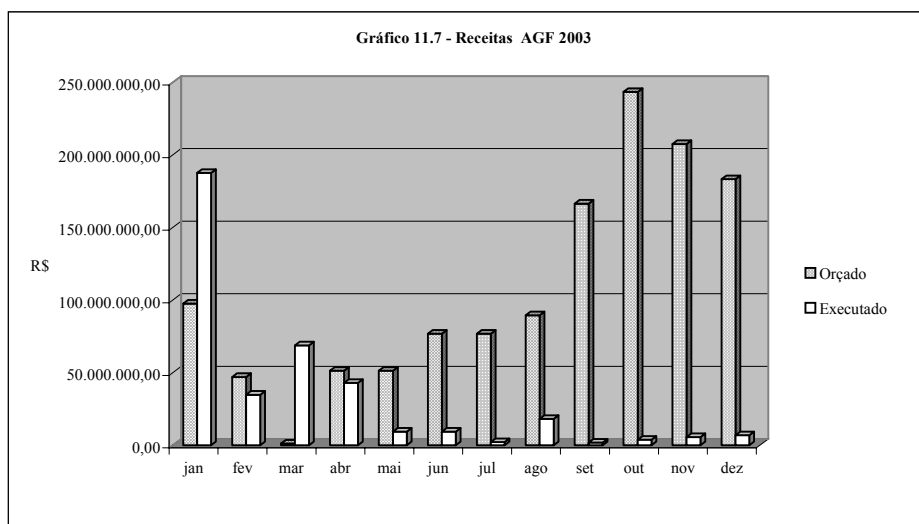
#### **11.1.6 - Financiamento e Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF**

Por meio da rubrica Concessão de Empréstimos do Programa AGF (Aquisições do Governo Federal), a unidade orçamentária Operações Oficiais de Crédito - O2C - repassa recursos ao Banco do Brasil S.A. para financiamentos à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB visando atender a duas finalidades básicas: (i) formação de estoques públicos (reguladores e estratégicos) de produtos agrícolas amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), o que inclui despesas com armazenamento, conservação, remoção e alienação desses estoques (despesas gerais da PGPM); e (ii) garantia do recebimento do preço mínimo pelo produtor rural. Dessa forma, fica viabilizada a ação governamental de regulação, quando necessário, do preço dos produtos agrícolas no mercado interno, além de assegurar o abastecimento em épocas de escassez.

Quando da venda dos estoques públicos, a CONAB, a depender das condições conjunturais do mercado de produtos agrícolas, pode não obter o montante necessário à liquidação do financiamento correspondente às despesas com a aquisição e carregamento dos produtos vendidos. Assim, por meio da rubrica de equalização de preços do AGF, aquela empresa recebe subvenção econômica do Tesouro Nacional com vistas à cobertura do diferencial entre o custo de remissão dos produtos vendidos e a receita arrecadada com a venda. Cabe esclarecer, a propósito, que os valores liberados a título dessa subvenção econômica retornam ao Banco do Brasil e, conseqüentemente, ao próprio Tesouro Nacional, mais especificamente ao orçamento das Operações Oficiais de Crédito (O2C), juntamente com o valor obtido na venda dos produtos, sob a forma de amortização do saldo devedor dos empréstimos concedidos.

##### **11.1.6.1 - Receitas**

Em 2003, as receitas com as vendas de produtos do programa AGF somaram R\$ 391.254 mil, sendo que a previsão orçamentária para a arrecadação a ser obtida com a alienação de produtos dos estoques públicos foi de R\$ 1.292.575 mil, conforme ilustra o gráfico a seguir.



Obs.: No gráfico estão sendo consideradas apenas as receitas provenientes de vendas de produtos, excluindo-se os retornos de equalização.

Fonte: MF/STN/COPEC

**Tabela 11.13**  
**VENDAS DE PRODUTOS**

Meses	Algodão	Arroz	Feijão	Milho	Trigo	Demais Produtos (*)	Total
Janeiro	7.753,00	67.182,00	0	76168,00	0	8.079,00	159.182,00
Fevereiro	4.191,00	31.698,00	0	10183,00	0	2.808,00	48.880,00
Março	16.168,00	9.928,00	0	3519,00	0	58	29.673,00
Abril	11.410,00	1.612,00	0	3189,00	0	530	16.741,00
Mai	2.532,00	3.174,00	0	624	0	88	6.418,00
Junho	0	982	0	262	0	95	13.39,00
Julho	0	780	0	362	0	0	11.42,00
Agosto	0	38.399,00	0	58	0	0	38.457,00
Setembro	-3	-1.715,00	0	48	0	0	-1.670,00
Outubro	0	1.062,00	0	64	0	9.758,00	10.884,00
Novembro	0	77	0	965	0	26.105,00	27.147,00
Dezembro	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>42.051,00</b>	<b>153.179,00</b>	<b>0</b>	<b>95.442,00</b>	<b>0</b>	<b>47.521,00</b>	<b>338.193,00</b>

(\*) – Principalmente farinha de mandioca.

Fontes: Relatórios do Banco do Brasil sobre os estoques reguladores e da CONAB sobre os estoques estratégicos.

Obs.: Dados negativos referem-se a ajustes contábeis relativos a vendas de meses anteriores.

Os dados referentes ao mês de dezembro não foram informados até o fechamento deste relatório.

Relativamente às vendas de produtos agropecuários dos estoques públicos, reguladores e estratégicos, no ano de 2003, houve preponderância de alienações envolvendo arroz e milho, sendo que o primeiro respondeu por cerca de 45% das vendas, e o segundo por aproximadamente 28%, totalizando, ambos, cerca de 73% das alienações. A maior parte da venda de milho (76.000 ton) ocorreu em janeiro, assim como a maior parte da venda de arroz (67.000 ton).

#### 11.1.6.2 - Despesas

Relativamente às despesas do programa Aquisições do Governo Federal - AGF, incluindo Concessão de Empréstimos (Aquisições e Despesas da PGPM) e Equalização (Comissão do Banco do Brasil -B.B. e Subvenção Econômica paga à CONAB), foram executados R\$ 741.682 mil de uma dotação orçamentária de R\$ 1.677.289 mil, o que representa um percentual de execução de 44% da dotação orçamentária. Em relação à rubrica Concessão de Empréstimos, a dotação orçamentária foi de R\$ 1.526.289 mil, e o total executado foi R\$ 727.425 mil, o que representa um percentual de execução de 47%. No que se refere à rubrica Equalização, a dotação orçamentária inicialmente concedida foi de R\$ 165.000 mil. No entanto, ao longo do ano, foram cancelados R\$ 14.000 mil, de forma que a dotação disponível passou a ser R\$ 151.000 mil. Desse total, foram despendidos R\$ 14.277 mil, representando um percentual de execução de 9,5%.

O baixo percentual de execução de equalização encontra-se justificado essencialmente por dois aspectos. Primeiramente, o cenário favorável de mercado da maior parte dos produtos agrícolas fez com que as vendas efetuadas se dessem a preços capazes de remunerar os custos com aquisição e manutenção dos estoques, não sendo necessário o pagamento de subvenção sob a forma de equalização de preços. Adicionalmente, em virtude dos baixos estoques públicos de produtos agrícolas, as vendas em 2003 não foram tão vultosas, se comparadas com anos anteriores, o que diminui os gastos com equalização, uma vez que estes são efetuados no momento da venda dos estoques, caso ocorra déficit na operação.

No que se refere às aquisições, as mais expressivas foram aquelas decorrentes do exercício dos contratos de opção, principalmente de milho e café. O Tesouro Nacional liberou, ao longo de 2003, R\$ 584.383 mil para este tipo de dispêndio. O Governo interveio no mercado em relação aos produtos citados porque seus preços de mercado estavam depreciados, e, por isto, foram ofertados contratos de opção de venda, com preços de exercício superiores aos preços de mercado então vigentes quando do lançamento dos referidos contratos.

Relativamente às despesas da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM (total executado de R\$ 142.952 mil), o item que mais onerou os referidos dispêndios foi o relativo ao pagamento do Imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outros tributos, que consumiu R\$ 77.652 mil.

**Tabela 11.14**  
**GESTÃO ORÇAMENTÁRIA EM AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL – AGF - 2003**

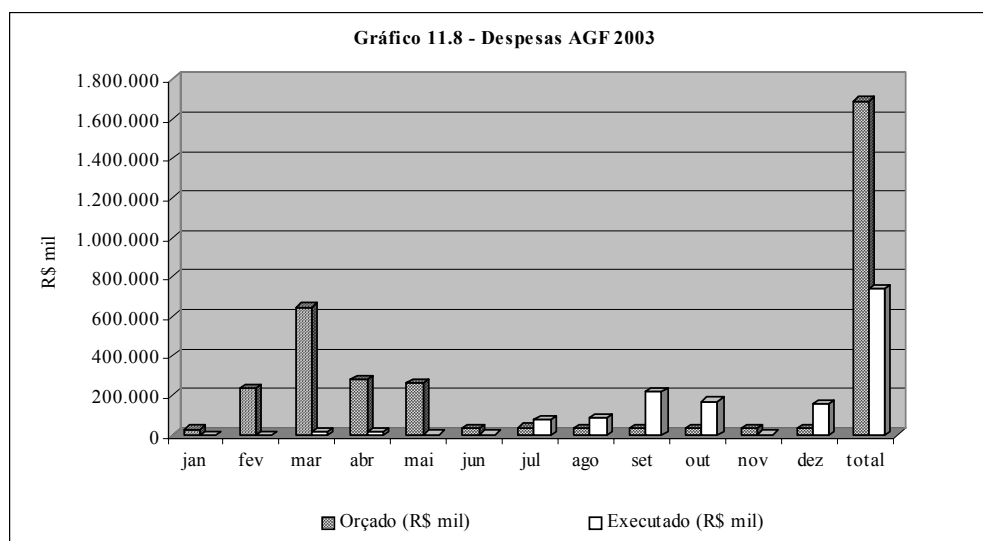
R\$ mil

Rubrica	Dotação 2003 (a)	Executado 2003 (b)	Executado (b/a) %	Saldo (a-b)
AGF e Estoques	1.677.289	741.702	44,22%	935.587
Conc. Emprést.	1.526.289	727.425	47,66%	798.864
Aquisições		584.473		
Diretas		90		
Opções		584.383		
Despesas PGPM		142.952		
Equalização	151.000	14.277	9,45%	136.723
Comissão BB		3.009		
Equalização		11.268		

Obs: Não foi considerada a execução de R\$ 14.711 mil de restos a pagar de 2002 pagos em 2003

Fonte: MF/STN/COPEC

Observa-se, no gráfico a seguir, que os meses nos quais ocorreram gastos mais elevados foram setembro, outubro e dezembro, devido à realização de aquisições decorrentes do exercício dos contratos de opção de milho e café. De forma geral, os gastos se situaram abaixo do orçado em virtude de os produtos agrícolas terem, ao longo de 2003, atingido preços remuneradores para os produtores. Dessa forma, não foi necessária uma intensa intervenção governamental para a sustentação dos preços agrícolas.



Fonte: MF/STN/COPEC

### 11.1.6.2 – Resultado Fiscal

Um fator de grande importância no Programa AGF é o seu resultado fiscal, ou seja, a magnitude do déficit ou superávit que a ação representa para os cofres públicos. Para a avaliação do resultado fiscal do AGF, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN se vale do resultado líquido, ou seja, da diferença entre as despesas com aquisições, manutenção de estoques de produtos e equalização de preços, e as receitas realizadas quando da venda dos estoques e as receitas de equalização.

Dessa forma, o déficit fiscal previsto do programa teria que obedecer a uma limitação inicial de R\$ 165.000 mil, que passou posteriormente para R\$ 151.000 mil, devido a um cancelamento de R\$ 14.000 mil. Tal sistemática atenderia satisfatoriamente ao programa num contexto de preços dos produtos agrícolas elevados e baixo volume de aquisições governamentais, como refletia o cenário agropecuário no início do ano.

No entanto, ao longo do ano de 2003, houve a necessidade de aquisições vultosas de produtos, especialmente milho e café, em decorrência do exercício de contratos de opção de venda lançados pelo Governo.

Como as receitas com vendas de produtos, antes da realização das referidas aquisições, não foram suficientes para cobrir tais dispêndios, em virtude de um cenário de estoques públicos reduzidos, e também devido à perspectiva de descumprimento da meta fiscal inicialmente estabelecida, em virtude da aquisição de café oriundo dos contratos de opção vencidos em dezembro, houve a necessidade de abertura de teto fiscal mais amplo para o AGF. Dessa forma, ao final do ano, o resultado fiscal, deficitário, de acordo com a metodologia da STN, autorizado para o Programa, foi de R\$ 487.073 mil.

O programa apresentou, em 2003, resultado fiscal líquido deficitário de R\$ 353.892 mil, tendo em vista que o total das receitas foi de R\$ 402.521 mil (incluindo a receita de equalização), e o total das despesas ficou em R\$ 756.413 mil (R\$ 741.702 mil executados da dotação orçamentária de 2003 mais R\$ 14.711 mil executados relativos a restos a pagar de 2002), obedecendo ao teto fiscal (diferença entre receitas e despesas do programa - déficit autorizado para o AGF em 2003, ampliado para R\$ 487.073 mil).

### 11.1.7 - Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP

O Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, atualmente regido pela Medida Provisória nº 2.168-40, de 24.08.2001, tem como finalidade reestruturar e capitalizar cooperativas de produção agropecuária, visando ao desenvolvimento auto-sustentado, em condições de competitividade e efetividade, que resulte na manutenção, geração e melhoria do emprego e renda. Os seus recursos destinam-se ao financiamento e refinanciamento de dívidas com o sistema financeiro, dívidas com cooperados e oriundas de aquisição de insumos agropecuários e de tributos e encargos sociais, de recebíveis de cooperados, bem como para investimentos e capital de giro.

A dotação orçamentária aprovada para o exercício de 2003 foi de R\$ 44.200 mil, com recursos da fonte 144, para atendimento apenas dos compromissos já assumidos. Os desembolsos do RECOOP ocorreram dentro da expectativa, com média mensal de R\$ 3.680 mil, tendo atingido em 31.12.2003 o montante total previsto para o ano.

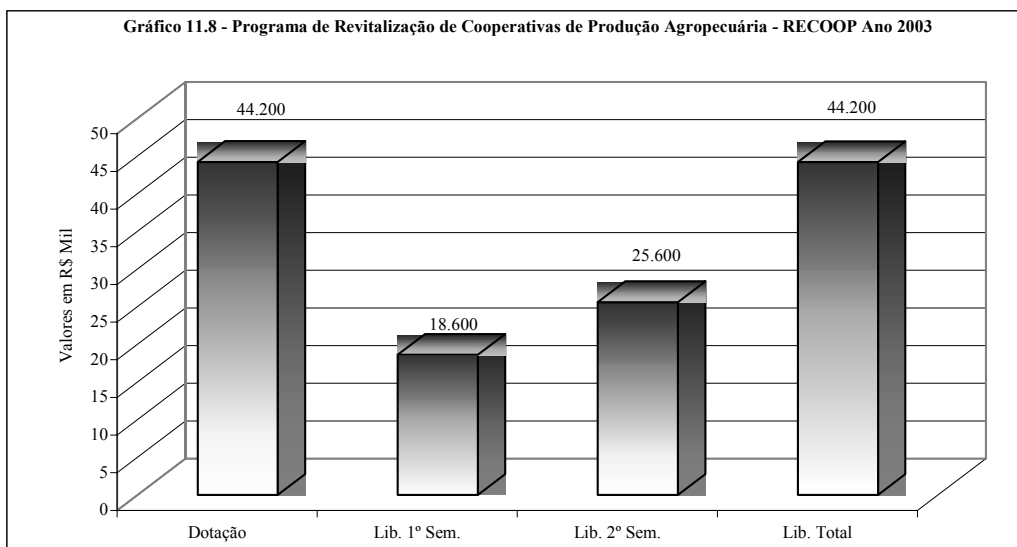
As receitas, provenientes dos reembolsos efetuados pelas instituições financeiras ao Tesouro Nacional, atingiram o montante de R\$ 108.800 mil, que foram integralmente utilizados em observância à legislação pertinente, que determina que os retornos dos financiamentos sejam direcionados para amortização da dívida pública.

**Tabela 11.15**

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA RECOOP

R\$ mil			
DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS EXECUTADAS
44.200	-	44.200	44.200

Fonte: MF/STN/COPEC



Fonte: MF/STN/COPEC

#### 11.1.8 - Equalização de Juros Decorrentes do Alongamento de Dívidas do Crédito Rural (Lei nº 9.866/99)

Esta ação destina-se ao ressarcimento às instituições financeiras dos benefícios concedidos aos produtores rurais com dívidas alongadas com base na Resolução Bacen nº 2.471, de 26.02.1998 (Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA), desde que as parcelas de juros tenham sido pagas até o vencimento.

Do montante de recursos constantes da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2003, no total de R\$ 123.560 mil, destinados à equalização do rebate das operações do PESA constantes nas carteiras dos bancos privados, foram liberados no início do exercício R\$ 19.973 mil (para quitação de compromissos de 2002), além de R\$ 28.761 mil, em junho/2003, para ressarcimento dos compromissos devidos às instituições financeiras no primeiro semestre do exercício.

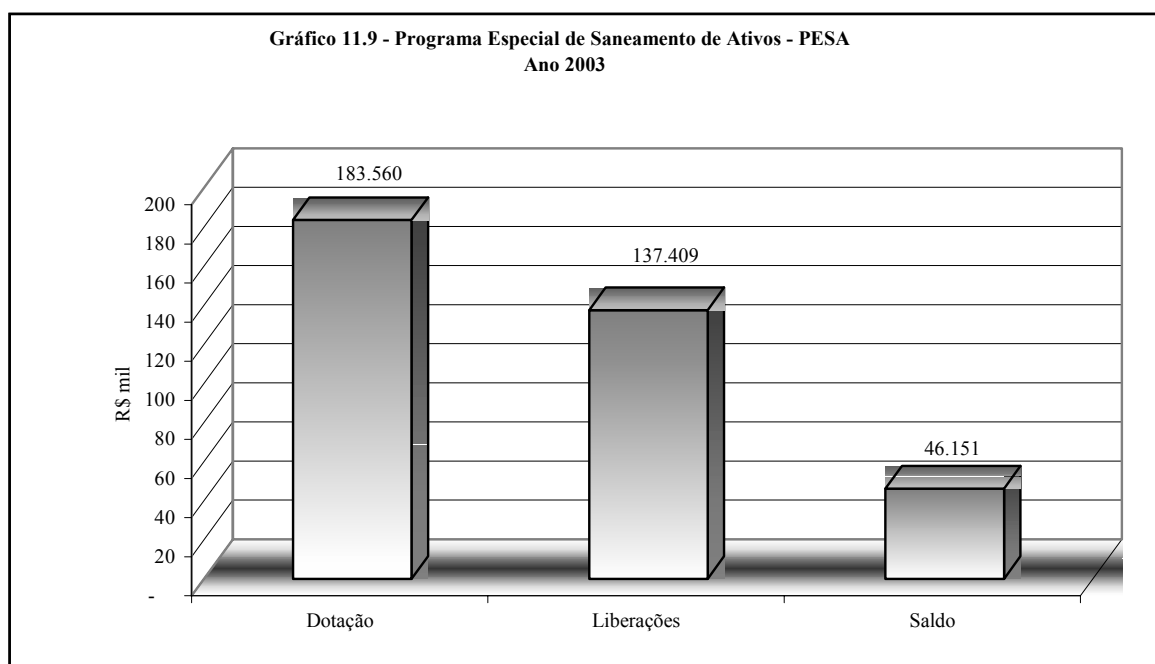
Em 05.12.2003, a Secretaria do Tesouro Nacional procedeu ao pagamento dos compromissos devidos aos bancos no segundo semestre de 2003, no valor de R\$ 88.678 mil. Cabe destacar que ainda não foram efetuados pagamentos ao Banco do Brasil (operações PESA lastreadas com recursos próprios desde o 2º semestre/2001), em virtude do não encaminhamento a esta Secretaria dos pedidos de ressarcimento por aquela instituição financeira oficial federal. Além disso, foram executados R\$ 44.682 mil de Restos a Pagar/2002.

**Tabela 11.16**

**PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS – PESA (LEI Nº 9.866/99)**

R\$ mil			
DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS DO EXERCÍCIO
123.560	60.000	183.560	137.409

Fonte: MF/STN/COPEC



Fonte: MF/STN/COPEC

#### **11.1.9 - Financiamento de Investimentos Rurais de Mini e Pequenos Produtores para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana**

O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, instituído a partir da Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.165/95, de 19.06.1995, foi reestruturado por meio da Resolução CMN nº 2.960, de 25.04.2002, que autorizou os agentes financeiros a procederem à renegociação das dívidas dos cacaicultores bem como a realização de novas operações em condições mais favoráveis às estabelecidas originalmente.

O prazo para contratação de novas operações destinadas a pequenos cacaicultores no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, com recursos do Tesouro Nacional, encerrou-se em 30.09.2003, conforme previsto na Resolução CMN nº 3.076, de 24.04.2003. Do total da dotação disponibilizada para financiamento no presente exercício (R\$ 7.000 mil), cerca de R\$ 4.434 mil foram liberados, correspondendo a 63% do montante previsto. Além dessa modalidade de financiamento, a Resolução CMN nº 2.960, de 25.04.2002, ao reestruturar o programa, autorizou a renegociação de dívidas atrasadas dos cacaicultores, sendo que, para esses produtores com dívidas contraídas até 31.12.1997, foi facultada a renegociação com base no PESA, cujo prazo para formalização de sua adesão foi prorrogado para 30.04.2004, consoante previsto na Resolução CMN nº 3.134, de 31.10.2003.

Da dotação de R\$ 2.341 mil, foram realizados R\$ 509 mil.

As receitas de reembolso das operações do programa no exercício 2003 atingiram o valor de R\$ 209.000 mil. As liberações de recursos têm ocorrido em ritmo lento, principalmente pela insuficiência de garantias a serem dadas aos agentes financeiros para efeito de renegociação e contratação de novas operações.

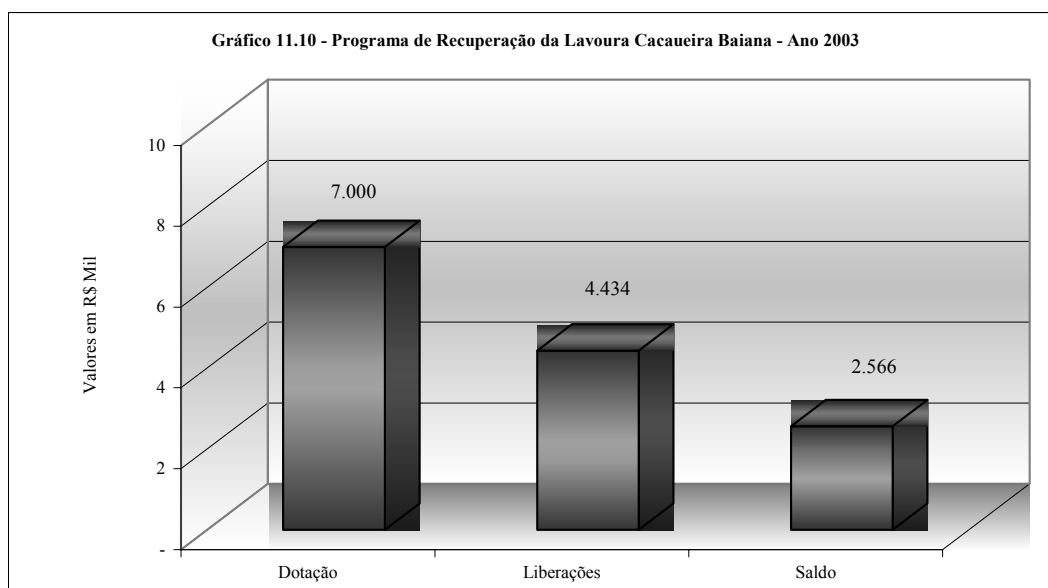
**Tabela 11.17**

#### **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA DA LAVOURA CACAUEIRA BAIANA**

R\$ mil			
DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS EXECUTADAS
7.000	-	7.000	4.434

Fonte: MF/STN/COPEC





Fonte: MF/STN/COPEC

#### 11.1.10 - Financiamento e Equalização de Juros para Promoção das Exportações – PROEX

O Programa de Financiamento às Exportações – PROEX tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo através da assistência financeira em duas modalidades: FINANCIAMENTO e EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS.

Na modalidade FINANCIAMENTO, o Tesouro Nacional repassa recursos ao Banco do Brasil, agente financeiro do PROEX, de modo a viabilizar a concessão de crédito destinado a amparar a exportação de bens e serviços nacionais, a taxas equivalentes às praticadas no mercado internacional.

Na modalidade EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS (que inclui equalização “em Notas do Tesouro Nacional - NTN-I” e equalização “em dinheiro”), o Tesouro Nacional concede ao financiador subvenção econômica que permite tornar os encargos financeiros compatíveis com os praticados no mercado internacional.

Para o exercício de 2003, foram disponibilizados R\$ 1.218.540 mil para a modalidade Financiamento e R\$ 1.106.400 mil para Equalização de Taxas, totalizando uma dotação orçamentária de R\$ 2.324.940 mil.

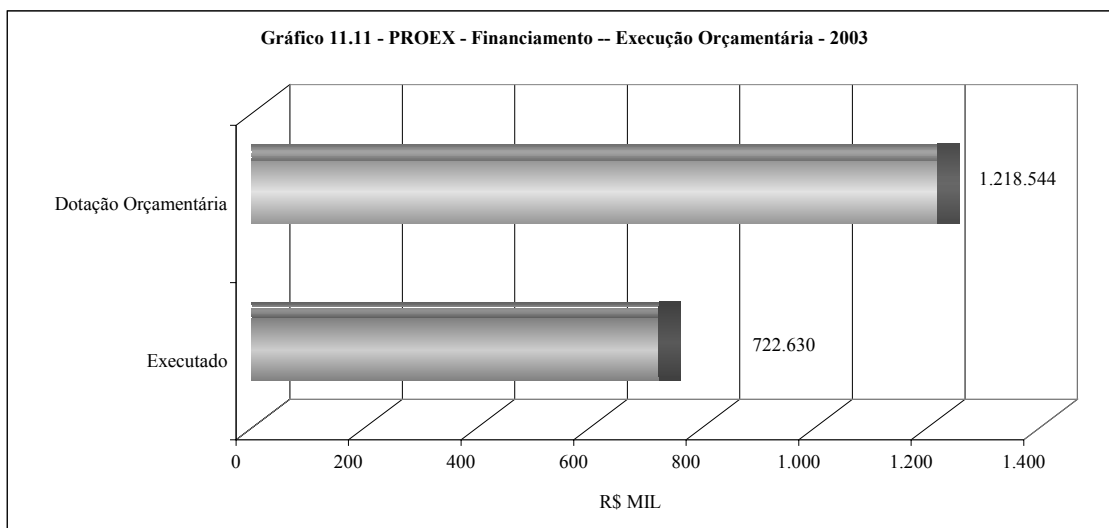
No entanto, as despesas totalizaram R\$ 1.719.852 mil (70,7% do orçamento), sendo R\$ 917.301 mil referentes à Equalização de Taxas (83,2% do orçamento) - dos quais R\$ 4.304 mil de Restos a Pagar de 2002 -, e R\$ 802.551 mil referentes a Financiamento, sendo R\$ 79.921 mil de Restos a Pagar de 2002 (59,3% do orçamento).

**Tabela 11.18**  
**PROEX**

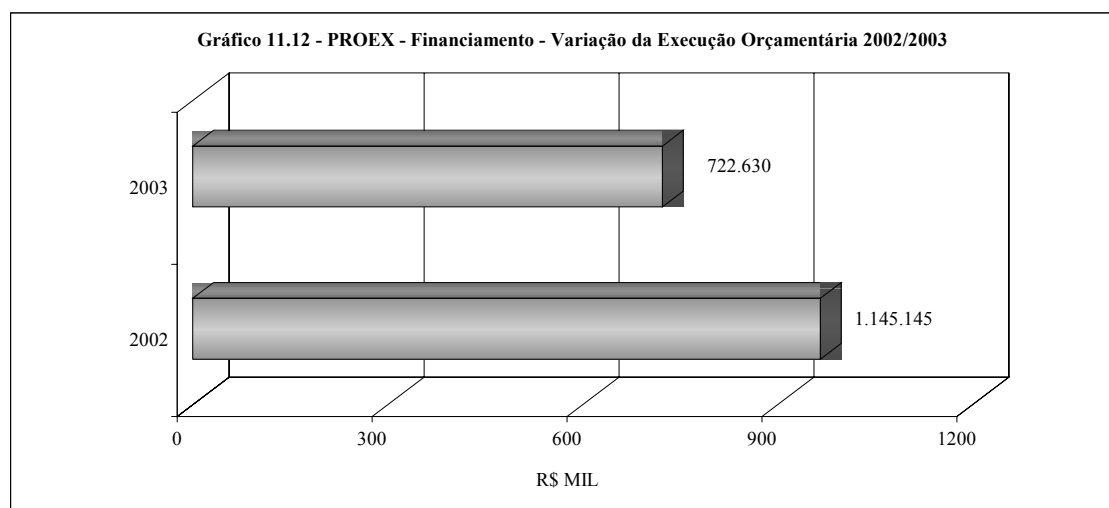
PROEX					R\$ mil
III.	PROEX	DOTAÇÃO INICIAL	CANCELAMENTOS	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS EXECUTADAS
	Financiamento	1.245.862	(27.318)	1.218.544	722.630
	Equalização	1.221.400	(115.000)	1.106.400	917.301

Fonte: MF/STN/COPEC

Na modalidade Financiamento, os desembolsos apresentaram redução de 25,2% em relação aos verificados em 2002 (R\$ 965.520 mil).

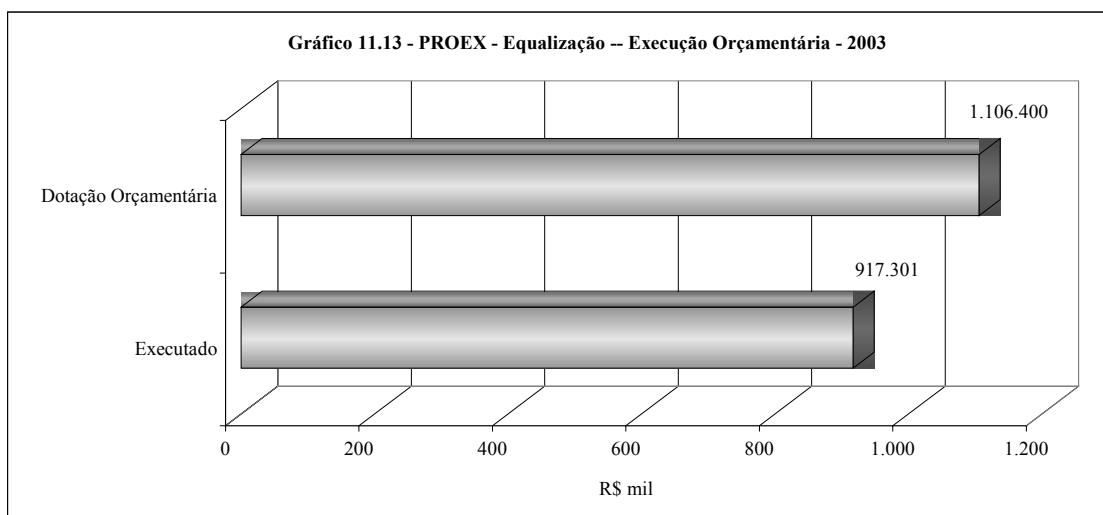
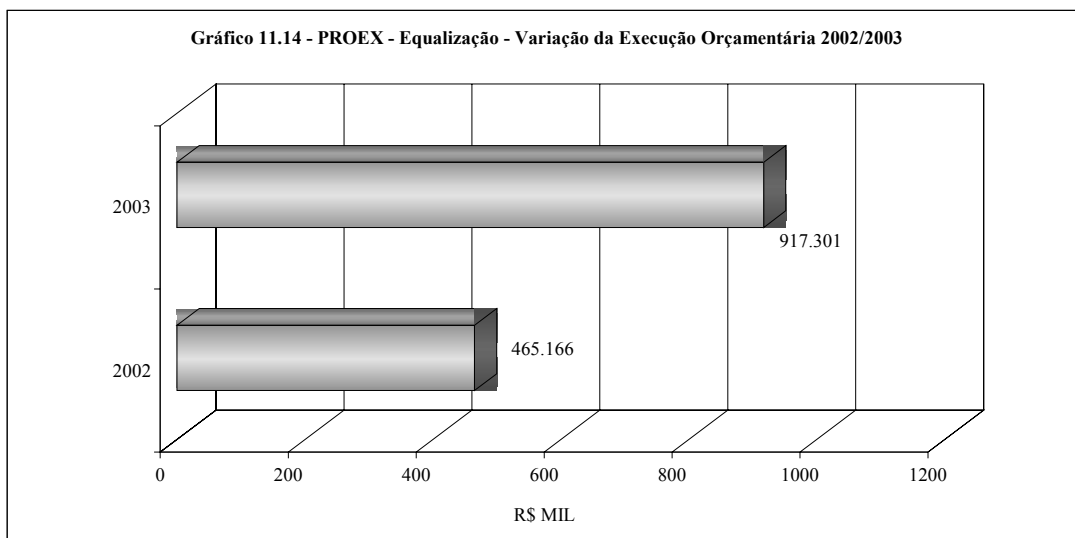


Fonte: MF/STN/COPEC



Fonte: MF/STN/COPEC

Na modalidade Equalização de Taxas de Juros, os desembolsos apresentaram incremento de 98,1% em relação aos observados em 2002 (R\$ 465.170 mil).



Fonte: MF/STN/COPEC

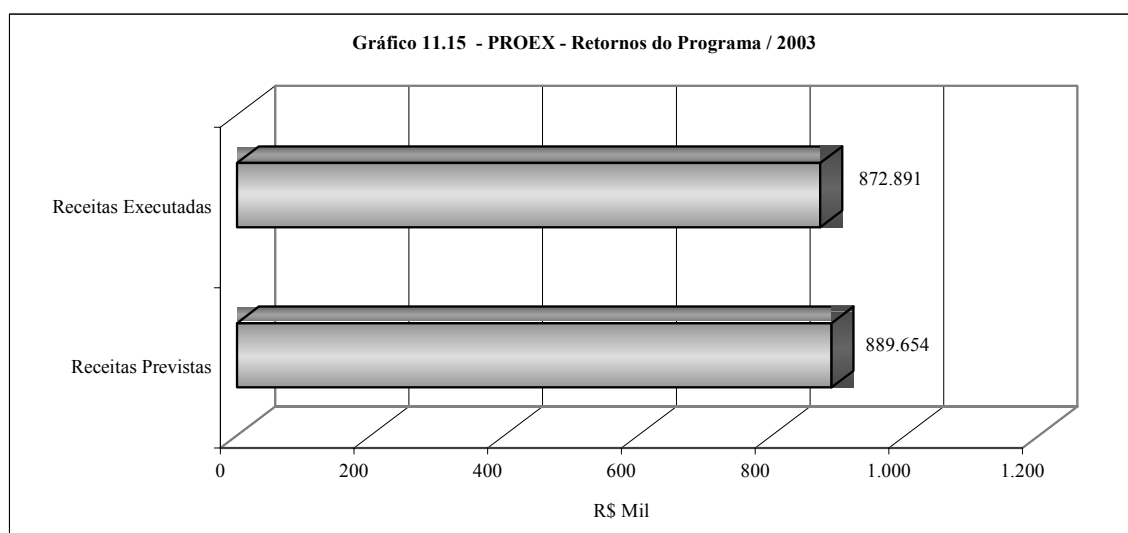
**Tabela 11.19**

**PROEX (R\$ mil)**

	2003	2002
PROEX - Financiamento	722.630	1.145.145
PROEX - Equalização	917.301	465.167

Fonte: MF/STN/COPEC

O Programa apresentou retornos da ordem de R\$ 872.891 mil, 1,9% menor que a previsão de R\$ 889.654 mil, conforme proposta orçamentária para 2003, elaborada com um dólar médio de R\$ 2,4234. Em relação aos retornos do ano anterior (R\$ 1.064.000 mil), houve redução de 16,4%.



Fonte: MF/STN/COPEC

Relativamente aos valores inscritos em Restos a Pagar no exercício de 2002, foram executados R\$ 4.304 mil em Equalização de Taxas, correspondendo a 100,0% do total inscrito e R\$ 79.921 mil em Financiamento, correspondendo a 69,4% do valor inscrito.

## 11.2. ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO

### 11.2.1 - Programa de Financiamento à Estocagem do Álcool Combustível

O Programa de Financiamento à Estocagem do Álcool Combustível, instituído pela Lei nº 10.453, de 13.05.2002, objetiva regularizar a oferta de álcool no mercado - mediante disponibilização de capital de giro às usinas, destilarias e cooperativas de produtores de álcool - a estabilidade dos preços diante da sazonalidade da produção, mediante financiamento e concessão de subvenções econômicas ao setor.

Dentro dessa linha, foi editado o Decreto nº 4.353, de 30.08.2002, que, dentre outras medidas de incentivo e apoio à produção e à comercialização do álcool combustível, autorizou o financiamento à estocagem do produto, mediante prévia deliberação do Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool – CIMA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e regulamentação por parte do Conselho Monetário Nacional - CMN.

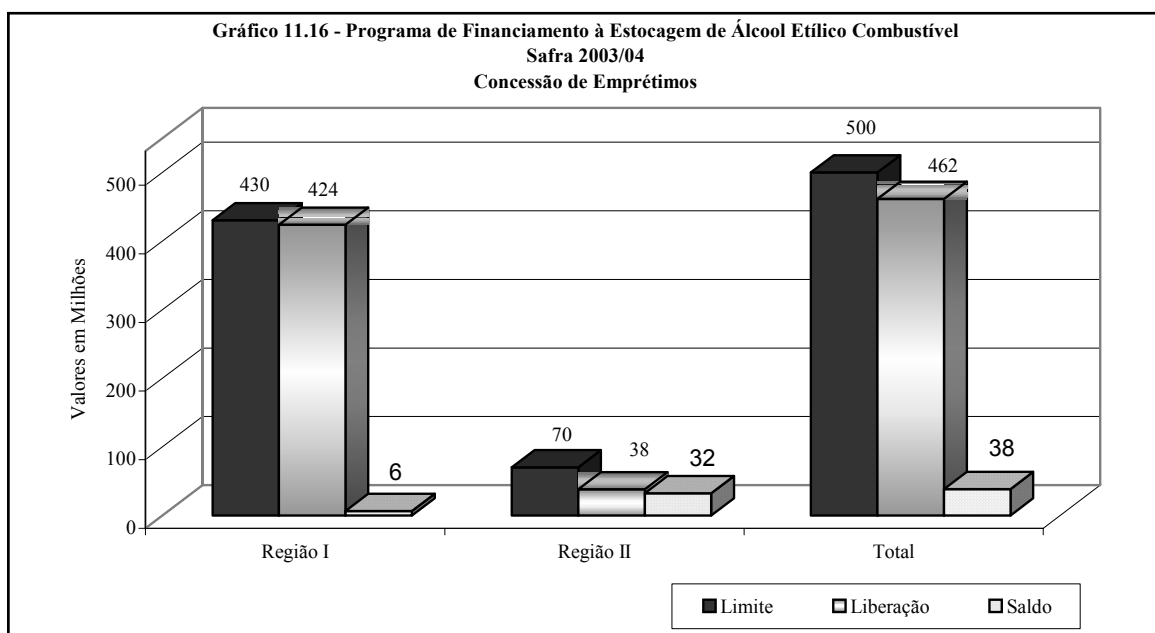
Os recursos destinados a esses financiamentos para o exercício de 2003, da ordem de até R\$ 500.000 mil, originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE (Lei nº 10.336, de 19.12.2001), foram disponibilizados para a Secretaria do Tesouro Nacional, para a execução do programa relativo à safra 2003/04, nos termos da Resolução CMN nº 3.096, de 25.06.2003. Em 2003, foram liberados cerca de R\$ 461.512 mil, correspondendo a 92% da disponibilidade orçamentária. Ressaltamos que, para o exercício de 2003, estavam previstos R\$ 50.000 mil para pagamento de equalização de taxas, das operações referentes a Safra 2002/03, dos quais foram realizados pagamentos de R\$ 8.660 mil, correspondendo a 17% da dotação inicial para esta rubrica.

**Tabela 11.20**

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA AO FINANCIAMENTO À ESTOCAGEM DE ÁLCOOL SAFRA 2003/04**

NATUREZA DA DESP.	DOTAÇÃO INICIAL	CANCELAMENTO	DOTAÇÃO FINAL	R\$ mil
				DESPESAS EXECUTADAS
Conces. Empréstimos	500.000	-	500.000	461.512
Equalização	50.000	(40.000)	10.000	8.660

Fonte: MF/STN/COPEC



### 11.2.2 - Indenizações e Restituições Relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, Incidentes a Partir da Vigência da Lei nº 8.171/91 (Decreto nº 175/91)

A Secretaria do Tesouro Nacional, mediante provisão concedida pela Setorial Orçamentária do Ministério da Fazenda, efetuou desembolsos ao Banco Central do Brasil, no decorrer do exercício, para cobertura de déficits financeiros do Programa. Neste ano, foram disponibilizados para aquela Autarquia R\$ 30.000 mil, provenientes da dotação orçamentária constante da unidade Encargos Financeiros da União - EFU, destinada às “Indenizações e Restituições Relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, Incidentes a Partir da Vigência da Lei nº 8.171, de 17/01/1991 (Decreto nº 175, de 10.07.1991)”.

Finalmente, cabe destacar que o PROAGRO foi instituído pela Lei nº 5.969, de 11.12.1973, e tem por gestor o Banco Central do Brasil, competindo ao Tesouro Nacional efetuar os repasses para cobertura de déficits verificados no referido programa.

### 11.3 - Operações Oficiais de Crédito – Exercício de 2003

As ações desenvolvidas pela Secretaria do Tesouro Nacional atenderam de forma satisfatória aos objetivos do Governo Federal de incentivo à produção agropecuária, agroindustrial e às exportações.

A equalização de taxas propiciou a alavancagem de recursos para a safra agrícola, viabilizando o crédito para custeio, comercialização e investimento, este último mais uma vez com destaque para a renovação da frota de tratores, implementos agrícolas e colheitadeiras.

A renda mínima ao produtor foi assegurada mediante a aquisição de produtos pelo Governo, voltada para a manutenção do abastecimento e à sustentação de preços de mercado.

Os encargos financeiros reduzidos e a concessão de bônus de adimplência, verificadas nos financiamentos no âmbito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, permitiram a inserção das famílias beneficiadas na atividade produtiva.

O apoio creditício do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP vem contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento e consolidação do segmento cooperativista brasileiro.

É de notar as novas medidas aprovadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, que concederam aos cacaucultores repactuação de dívidas e contratação de novas operações.

Relativamente às exportações, o Programa de Financiamento às Exportações - PROEX contribuiu significativamente para o superávit da balança comercial brasileira em 2002 com a atuação por meio de seus instrumentos: (i) financiamento, fornecendo concessão de créditos; e (ii) equalização de taxas, propiciando custos financeiros compatíveis com o mercado internacional, o que possibilitou maior competitividade aos produtos nacionais no mercado internacional.

Quadro I

MINISTÉRIO DA FAZENDA						
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL						
ORÇAMENTO 2003						
- COPEC -						
					Posição em:	15/01/2004
1. OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - 02C						
						R\$ MIL
DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CANCELAMENTO (B)	SUPLEMENTAÇÃO (C)	TOTAL
CUSTEIO AGROPECUÁRIO			226.860	0	112.063	338.923
	339045	160	226.860		112.063	338.923
EGF			5.280	0	11.158	16.438
	339045	160	5.280		11.158	16.438
PRONAF			1.320.500	0	110.589	1.431.089
	459066	160	578.000			578.000
	339045	160	492.500		110.589	603.089
	459066	100	250.000			250.000
EQUALIZAÇÃO DE INVESTIMENTO			191.343	17.578	114.441	288.206
RURAL E AGROINDUSTRIAL	339045	160	191.343	17.578	114.441	288.206
GARANTIA E SUST. DE PREÇOS			127.500	0	0	127.500
	339045	160	127.500			127.500
AGF E ESTOQ. ESTRAT.			1.691.289	14.000	0	1.677.289
	339045	160	165.000	14.000	0	151.000
	459066	160	1.526.289			1.526.289
RECOOP			44.200	0	0	44.200
	459066	144	44.200			44.200
PESA			123.560	0	60.000	183.560
	339045	159	123.560		60.000	183.560
LAVOURA CACAUEIRA			9.341	0	0	9.341
	339045	160	2.341			2.341
	459066	160	7.000			7.000
PROEX			2.467.262	142.318	0	2.324.944
	339045	144	1.171.187	115.000		1.056.187
	339045	160	50.213			50.213
	459066	100	1.245.862	27.318		1.218.544
	339045	144	1.171.187	115.000	0	1.056.187
	459066	144	44.200	0	0	44.200
	339045	159	123.560	0	60.000	183.560
TOTAL POR FONTE	339045	160	1.261.038	31.578	348.251	1.577.711
	459066	160	2.111.289	0	0	2.111.289
	459066	100	1.495.862	27.318	0	1.468.544
TOTAL GERAL			6.207.136	173.896	408.251	6.441.491
2. ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO - EFU						
			550.000	0	0	510.000
ÁLCOOL COMBUSTÍVEL	459066	111	500.000	0	0	500.000
	339045	111	50.000	40.000	0	10.000
PROAGRO	339093	100	45.000	0	0	45.000
TOTAL GERAL			6.802.136	213.896	408.251	6.996.491

Quadro II

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL																	
EXECUÇÃO DA RECEITA - ORÇAMENTO 2003																	
COPEC																	
DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA	FONTE	REALIZADA											Posição em: RS MIL			
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV		DEZ	TOTAL	
1. 02C																	
CUSTEIO AGROPECUÁRIO EGF	AMORT	160	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
	AMORT	160	0	359	359	359	359	359	359	359	359	359	359	359	580	572	4.385
	JUROS	160	713	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	713
	AMORT	160	183.246 (*)	34.814	68.777	53.444	9.324	9.315	2.204	18.160	1.910	3.863	5.571	7.568	4.326	398.195	4.326
	SANÇÕES	160	4.326	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.326
PRONAF	AMORT	160	4.945	1.630	1.906	2.531	2.224	3.153	4.050	6.708	10.649	10.780	9.402	12.052	70.031	70.031	
	JUROS	160	2.527	32	40	42	38	73	52	84	135	121	417	277	28.128	28.128	
GARANTIA E SUSTENTÇÃO DE PREÇOS PAPP	Prêmio de Leilões	160	0	0	0	805	7.240	5.966	11.303	1.710	0	0	0	0	1.104	0	0
	AMORT	160	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	JUROS	160	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	AMORT	160	342	0	0	0	0	0	0	195	0	3.139	0	0	0	0	3.677
	JUROS	160	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PNDP	AMORT	160	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	JUROS	160	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	AMORT	160	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	JUROS	160	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	AMORT	160	2	0	0	0	0	0	4	54	5	8	4.978	847	103	6.000	6.000
PROFIR / PROVÁRZEAS / UNIF. RURAIS	JUROS	160	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	AMORT	160	0	1.474	0	0	0	0	0	0	0	5.645	100	0	0	0	7.220
	JUROS	160	0	219	0	0	0	0	0	0	0	6.675	-100	0	0	0	6.794
	AMORT	160	0	146	0	0	0	0	0	0	10	122	0	0	0	0	277
	JUROS	160	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14
RECOOP	AMORT	159	20.990	3.871	3.833	3.414	9.998	18.389	13.914	7.266	4.147	4.138	6.391	12.466	108.816	108.816	
	TRANSF(*)	159	-20.990	-3.871	-3.833	-3.414	-9.998	-18.389	-13.914	-7.266	-4.147	-4.138	-6.391	-12.466	-108.816	-108.816	
	AMORT	160	32	16	12	30	0	33	2	11	3	54	6	4	204	204	
	JUROS	160	1	1	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
	AMORT	159	0	0	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20
PESA	JUROS	144	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	AMORT	160	113.471	37.132	38.596	71.523	161.744	32.623	63.005	116.615	37.226	43.497	62.469	89.677	867.600	867.600	
	JUROS	160	108	17	13	163	3.069	5	56	1.049	95	13	465	237	5.291	5.291	
	Div Alíva	160	0	512	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	513	513
	TOTAL 02C 2003		309.728	76.354	108.714	128.901	183.999	51.531	81.291	157.144	53.526	63.665	80.910	111.595	1.408.357	1.408.357	1.408.357
TOTAL DE TRANSF.	PRONAF	100	108.254	531.545	29.287	56.618	152.873	308.289	1.097.058	90.280	405.446	317.306	98.686	998.873	4.196.473	4.196.473	4.196.473
	PROEX	144	0	0	2.287	5.678	34.080	138.528	175.069	20.018	6.891	147.889	40.551	313.856	882.487	882.487	882.487
	PROEX	100	0	4.689	27.000	45.000	118.000	136.000	68.000	0	-44.800	86.348	50.259	232.134	722.630	722.630	722.630
	RECOOP	144	0	4.872	0	5.940	793	7.000	1.157	2.706	900	5.202	5.855	9.776	44.200	44.200	44.200
	PESA	159	63.254	1.719	0	0	0	28.761	0	0	-341	0	0	88.678	182.071	182.071	182.071
	ÁLCOOL	111	0	0	0	0	0	0	0	67.536	298.521	78.058	0	28.058	470.172	470.172	470.172
	Lei 7.976/89	Total	0	510.265	0	0	0	0	0	852.832	0	144.475	0	0	136.648	1.643.221	1.643.221
	AMORT	160	0	444.534	0	0	0	0	0	696.410	0	59.627	0	0	81.181	1.281.753	1.281.753
	JUROS	160	0	65.730	0	0	0	0	0	156.422	0	84.848	0	0	54.467	361.468	361.468
	TOTAL GERAL		417.982	607.898	139.001	185.519	336.872	359.820	1.178.349	247.404	458.972	380.971	180.576	1.111.467	5.604.890	5.604.890	5.604.890
2. EFU																	
ESTOCAGEM DE ÁLCOOL ( ***)			0	38.112	35.403	34.482	7.081	4.614	4.700	612	1	5	5	0	125.015	125.015	125.015
(*) A nível de Caixa, houve realização de receita da ordem de R\$ 368.987 mil, em 03.01.03, ora não incluída, decorrente de reversão da troca de titularidade (CONAB/ITN) na Conta Única, ocorrida em dezembro/2002.																	
(**) Para amortização da dívida pública.																	
(***) Classificação da receita a definir.																	



# Quadro III

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL EXECUÇÃO DA DESPESA - ORÇAMENTO 2003															
COPEC															
DISCRIMINAÇÃO / NATUREZA	FONTE	ORÇAMENTO / RAP / COMPROM.	EXECUTADA												Posição em :
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
<b>1. OZC</b>															
<b>CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>															
- Equalização (339045)	160	386.864	58.144	27.990	25.136	28.687	27.108	30.119	28.812	28.804	0	0	66.089	35.321	356.221
- Comprometimento (**)		27.941	27.941	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27.941
- EGF		16.438	0	1.889	1.155	1.534	701	0	0	0	0	0	10.103	1.055	16.438
- Equalização (339045)	160	16.438	0	1.889	1.155	1.534	701	0	0	0	0	0	10.103	1.055	16.438
<b>AGF e ESTOQUES ESTRATÉGICOS</b>															
- Equalização (339045) (*)	160	1.691.652	28.175	254	13.352	1.281	1.992	1.976	78.910	84.515	216.293	169.355	3.498	156.812	756.393
- Concessão de Empréstimo (459066)	160	150.652	0	0	503	10.725	192	176	210	215	393	365	448	1.048	14.277(***)
- Restos a Pagar - Equalização	160	1.526.289	348	348	0	13.102	4.000	1.800	78.700	84.300	215.900	168.990	3.050	155.763	727.405
- Restos a Pagar - Concessão de Empréstimos	160	14.363	27.827	0	-254	0	-13.464	0	0	0	0	0	0	0	348
- PRONAF		1.486.089	85.742	58.048	28.070	32.762	42.825	63.435	68.145	75.653	24.097	343.509	258.713	319.099	1.398.097
- Concessão de Empréstimo (459066)	160	578.000	15.000	15.000	0	5.000	15.000	32.000	35.000	0	22.457	211.000	225.000	2.543	578.000
- Equalização (339045) (*)	160	573.694	6.509	32.187	26.070	27.762	27.825	31.435	34.145	75.653	1.640	132.509	30.713	122.834	549.281
- Concessão de Empréstimo (459066)	100	250.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.000	193.722
- Restos a Pagar - Equalização	160	10.162	0	861	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	861
- Restos a Pagar - Concessão de Empréstimos	100	55.000	45.000	10.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	55.000
- Comprometimento (**)		19.233	19.233	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19.233
<b>GARANTIA E SUSTENTACÃO DE PREÇOS</b>															
- Equalização (339045) (*)	160	127.500	5.200	2.000	0	29	2.000	3.700	7.300	3.300	2.300	500	0	-559	25.770
- Restos a Pagar - Equalização	160	119.471	0	0	0	200	1.000	3.700	7.300	3.300	2.300	500	0	-559	17.741
- Restos a Pagar - Concessão de Empréstimos	160	8.029	5.200	2.000	0	-171	1.000	0	0	0	0	0	0	0	8.029
<b>INVESTIMENTO</b>															
- Equalização (339045)	160	288.206	44.315	59.814	0	0	0	0	2.956	7.391	0	131.271	13.439	0	288.185
- Comprometimento (**)		40.403	40.403	0	0	0	0	0	2.956	7.391	0	131.271	13.439	0	40.403
- CACAU		9.341	0	865	385	436	633	412	232	784	318	254	387	320	5.024
- Equalização (339045)	160	2.341	0	162	0	0	0	0	0	428	0	0	0	0	590
- Concessão de Empréstimo (459066)	160	7.000	0	703	385	436	633	412	232	356	318	254	387	320	4.434
- RECOOP		44.200	0	4.872	0	5.940	793	7.000	1.157	2.706	900	5.202	5.855	9.775	44.200
- Concessão de Empréstimo (459066)	144	44.200	0	4.872	0	5.940	793	7.000	1.157	2.706	900	5.202	5.855	9.775	44.200
- PESA		183.560	63.254	1.719	-322	0	0	28.761	0	0	0	0	0	88.678	182.091
- Equalização (339045) (*)	159	138.878	18.254	1.719	-3	0	0	28.761	0	0	0	0	0	88.678	137.409
- Restos a Pagar - Equalização	159	44.682	45.000	0	-318	0	0	0	0	0	0	0	0	0	44.682
- PROEX		2.404.865	33.904	34.524	31.432	63.353	157.173	185.261	222.580	87.912	21.690	238.437	95.075	548.511	1.718.862
- Equalização (339045) (*)	144	1.056.187	0	0	2.287	5.678	34.080	136.528	175.069	20.018	6.691	147.699	40.551	313.856	882.457
- Equalização (339045) (*)	160	45.909	0	2.069	2.051	2.052	2.599	4.487	3.648	2.458	0	4.391	4.264	2.521	30.540
- Concessão de Empréstimo (459066)	100	1.218.544	0	4.689	12.479	52.403	116.014	44.007	43.863	65.435	14.999	86.348	50.259	232.134	722.630
- Restos a Pagar - Equalização	160	4.304	4.304	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.304
- Restos a Pagar - Concessão de Empréstimos	160	79.921	29.601	27.766	14.615	3.219	4.480	240	0	0	0	0	0	0	79.921
- TOTAL OZC 2003		6.314.331	73.877	151.094	83.165	144.418	227.744	320.425	411.090	291.066	265.598	888.529	453.168	1.159.013	4.468.188
- Equalização (339045)		2.690.297	58.877	125.830	57.199	76.639	93.504	235.207	252.139	138.269	11.025	416.735	165.617	564.755	2.195.796
- Concessão de Empréstimo (459066)		3.624.033	15.000	25.264	25.966	67.779	134.240	85.219	158.951	152.797	254.574	471.794	287.551	594.258	2.273.392
- TOTAL RAP 2002		216.808	157.279	40.881	14.043	-10.416	5.480	240	0	0	0	0	0	0	207.507
- Equalização (339045)		67.525	54.852	3.115	-572	-171	1.000	0	0	0	0	0	0	0	58.223
- Concessão de Empréstimo (459066)		149.283	102.428	37.766	14.615	-10.245	4.480	240	0	0	0	0	0	0	149.284
- TOTAL COMPROMETIMENTO		59.636	87.577												87.577
- Equalização (339045)															
- TOTAL GERAL ( OZC 2003 + RAP+COMP. )		6.590.775	318.734	191.975	97.208	134.002	233.224	320.665	411.090	291.066	265.598	888.529	453.168	1.159.013	4.764.271
<b>2. EFU</b>															
- PROAGRO	100	45.000	0	15.000	15.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30.000
- ESTOCAGEM DE ALCOOL		510.000	0	0	1.789	2.389	2.911	439	519	59.488	298.521	78.058	0	26.058	470.172
- Equalização (339045)	111	10.000	0	0	1.789	2.389	2.911	439	519	612	0	0	0	0	8.660
- Concessão de Empréstimo (459066)	111	500.000	0	0	0	0	0	0	0	58.876	298.521	78.058	0	26.058	461.512

(\*) Orçamento de 2003 deduzido do montante inscrito em Restos a Pagar, modalidade equalização.  
(\*\*) Foram realizados gastos em 31.12.2002, com impacto na Conta Única em Janeiro de 2003  
(\*\*\*) Já deduzido R\$ 32.368 milhões oferecidos em cancelamento

(\*) Orçamento de 2003 deduzido do montante inscrito em Restos a Pagar, modalidade equalização.

(\*\*) Foram realizados gastos em 31.12.2002, com impacto na Conta Única em Janeiro de 2003

(\*\*\*) Já deduzido R\$ 32.368 milhões oferecidos em cancelamento